

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.404 - MG (2019/0220893-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SUSCITADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
INTERES. : VILMA LUCIA SILVA
ADVOGADOS : RUY VICENTE DE PAULO E OUTRO(S) - MG090894
LEONARDO JOSÉ ROCHA - MG119094
WENDEL BARBOSA DE PAULO - MG136517
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência, instaurado entre o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, suscitante, e o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, suscitado.

Trata-se de ação em que se pleiteia benefício previdenciário - auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, proposta perante o juízo comum estadual.

Processado o feito perante o juízo comum estadual, adveio Sentença de parcial procedência do pedido (fls. 123/127e). Interposta Apelação, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região declarou-se incompetente para julgar o recurso, por tratar-se de pedido vinculado a acidente do trabalho, e determinou o encaminhamento do feito ao TJMG (fls. 165/169e).

O TJMG, por sua vez, reconheceu a incompetência para apreciar o recurso, bem como suscita o presente conflito, afirmando que:

"Inicialmente, suscito, de ofício, conflito negativo de competência, dada a incompetência da Justiça Comum Estadual para o julgamento do presente feito.

O apelante ajuizou a ação ordinária em face do INSS objetivando o restabelecimento de auxílio doença com conversão em aposentadoria por invalidez, alegando ser portadora de enfermidades, estando totalmente incapaz para o trabalho.

O feito tramitou integralmente perante a Vara única da Comarca de Tiros, sendo deferida aposentadoria por invalidez em benefício da autora.

Contudo, sendo interpostos recursos voluntários pelas partes, o feito foi corretamente encaminhado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo, contudo, declarada a incompetência recursal daquele órgão, e determinada a remessa dos autos para este Tribunal Estadual, sob a consideração de que o pedido inicial versava sobre doença

profissional (fls.144/148).

Ocorre que tal decisão não merece prosperar, encontrando-se equivocada.

É que, no contexto das ações previdenciárias, distinguem-se, para efeito de fixação de competência, aquelas lastreadas em acidente de trabalho daquelas de natureza não acidentária.

As ações previdenciárias fundadas em acidente de trabalho são afetadas, de modo congênito e originário, à competência da Justiça Estadual, independente da qualidade do réu, e, como consequência natural, percorrem, tanto em 1ª instância quanto na 2ª, na estrutura da Justiça Estadual, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal.

Entretanto, as que não visam restabelecimento fundado em acidente de trabalho, quando intentadas em face de instituto federal de previdência social, atraem, inicialmente, a competência da Justiça Federal, excepcionado o caso previsto pelo artigo 109, § 3º, da Constituição Federal, que atribui à Justiça Estadual a competência para o processo e julgamento da causa se o segurado tem domicílio em local que não constitua sede de vara do juízo federal.

No caso em exame, extrai-se da própria petição inicial (fls. 02/10) não ter sido postulado benefício previdenciário de natureza acidentária, notadamente por haver a autora declarado a condição de segurada facultativa, auferindo o benefício espécie 31, ou seja, auxílio - doença previdenciário.

Não bastasse, colhe-se do laudo médico pericial da lavra de médico perito do próprio INSS ter a autora declarado SER DONA DE CASA, que CAIU LAVANDO a COZINHA DA CASA.

Por isso, é irrelevante a consideração isolada e dissonante contida no laudo pericial de fls. 75/88, conquanto refira-se a acidente ocorrido durante jornada de trabalho.

Assim, considerando que não foi postulado nem é possível fixar o nexo de causalidade entre a condição clínica da autora e evento ocorrido durante acidente de trabalho ou a este equiparado, deve ser reconhecida a incompetência absoluta desta justiça estadual para o julgamento da presente demanda, nos termos do art. 109 da CF/88" (fls. 185/186e).

O Ministério Público Federal opina pelo conhecimento do conflito, para declarar competente o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o suscitante (fls. 223/227e).

Destaco, inicialmente, prevalecer, nesta Corte, o entendimento de que "**o pedido inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida, esta**

extraída da interpretação lógico-sistemática da exordial como um todo, e não apenas do capítulo relativo ao 'pedido'" (STJ, REsp 1.104.357/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 05/03/12).

No mesmo sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA POR SUCESSÃO. QUESTÃO DECIDIDA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM PEDIDO INDENIZATÓRIO, NA JUSTIÇA FEDERAL. DISCUTE-SE A INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS, DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, RELATIVAS À RESPONSABILIDADE PELO PASSIVO DE TODA E QUALQUER NATUREZA.

(...)

4. O STJ possui entendimento de que a competência é definida com amparo na causa petendi e no pedido deduzido na demanda.

(...)" (STJ, CC 128.982/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 05/12/2013).

"PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AUXÍLIO-ACIDENTE. ADVENTO DA LEI N.º 9.528/1997. LIDE DE ORIGEM ACIDENTÁRIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 15 DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. O advento da Lei n.º 9.528/1997 consagrou tão-somente a extensão do reconhecimento do direito do segurado de receber benefício previdenciário decorrente da redução de sua capacidade laborativa em razão de qualquer infortúnio, antes restrito ao acidente de trabalho.

2. É imprescindível para determinar a natureza do benefício-acidente o exame do substrato fático que ampara o pedido e a causa de pedir deduzidos em juízo.

3. Envolvendo a relação processual matéria acidentária em si mesma, compete à Justiça Estadual processar e julgar a presente demanda, consoante dispõe o enunciado da Súmula n.º 15 do STJ 4. Conflito conhecido e declarado a competência do Juízo de Direito da Comarca de Criciúma/SC, ora suscitante" (STJ, CC 37.435/SC, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 25/02/2004).

No caso concreto, conforme a petição inicial, a parte autora objetiva a concessão de auxílio-doença previdenciário ou aposentadoria por invalidez previdenciário. Não almeja benefício acidentário (fls. 1/10e).

Diante desse quadro, não resta configurada hipótese de aplicação da Súmula 15/STJ ("COMPETE A JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR OS LITÍGIOS DECORRENTES DE ACIDENTE DO TRABALHO"), porquanto ausente a alegação, na petição inicial, de liame entre o benefício requerido pela parte beneficiária e acidente do trabalho, que, repita-se, não foi, sequer, mencionado, como fundamento do pleito.

Ressalto que "a definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). **O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada)**" (STJ, CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/04/2012).

Em casos análogos, já decidiu esta Corte:

"PREVIDENCIÁRIO. PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. PLEITO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE MENÇÃO A ACIDENTE DE TRABALHO. EXEGESE DO ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A competência para julgar as demandas em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário deve ser determinada em razão do pedido e da causa de pedir.

2. **No caso concreto, não se extrai da petição inicial da subjacente ação qualquer alusão à ocorrência de acidente laboral que, enquanto causa de pedir, estivesse a respaldar o pedido de aposentadoria por invalidez formulado pelo segurado frente ao INSS, cujo contexto desautoriza a tramitação da lide perante a Justiça estadual.**

3. A teor do art. 109, I, da CF, compete à Justiça federal o julgamento das 'causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de

acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho'.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no CC 144.267/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 31/03/2016).

"CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CAUSA DE PEDIR QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA POSTULAÇÃO, E NÃO ACIDENTÁRIA. VARA DISTRITAL. COMARCA SEDE DE VARA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. Na forma dos precedentes desta Col. Terceira Seção, 'É da competência da Justiça Federal o julgamento de ações objetivando a percepção de benefícios de índole previdenciária, decorrentes de acidentes de outra natureza, que não do trabalho. In casu, não restou comprovada a natureza laboral do acidente sofrido pelo autor.' (CC 93.303/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/10/2008, DJe 28/10/2008). Ainda no mesmo sentido: CC 62.111/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2007, DJ 26/3/2007, p. 200.

(...)

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no CC 118.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 22/03/2012).

Ante o exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, inciso I, do CPC/2015, conheço do conflito e declaro a competência do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, o suscitado, em consonância com os precedentes desta Corte a respeito da matéria.

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos e ao Ministério Público Federal.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora